DA SENZALA AO QUARTINHO DOS FUNDOS: AS ATIVISTAS DO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE CAMPINAS – SP

Palavras-Chave: Trabalho Doméstico, Sindicato, Interseccionalidade

Autores/as:

Catharina Rebouças de Araujo Sousa - IFCH/Unicamp

Prof.ª Dr.ª Mariana Miggiolaro Chaguri (orientadora) - IFCH/Unicamp

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de organização e de luta de ativistas e sindicalistas do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Campinas – SP[1], observando, também, a trajetória que essas mulheres traçaram até se associarem ao movimento sindical e se afirmarem como sujeitas políticas. Fundado em 1989, o Sindicato foi o primeiro voltado para a classe de trabalhadores domésticos. Contudo, trabalhadoras domésticas já estavam se organizando em Associações que buscavam promover melhorias em suas condições de vida e de trabalho desde 1936[2].

Segundo a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), há 22 sindicatos associados à Federação, distribuídos em 13 estados brasileiros. O Brasil possui mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo 4,5 milhões sem carteira assinada e predominantemente feminina – 92% são mulheres[3], sobretudo pretas e pardas e de baixa escolaridade. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou testar a hipótese de que o trabalho doméstico remunerado no Brasil expressa um conflito que tem raízes no período escravocrata e patriarcal brasileiro.

Mesmo após o fim da escravidão, mulheres negras seguiram exercendo as mesmas atividades, deixando de serem escravas domésticas para serem empregadas domésticas. O trabalho assalariado e livre foi visto pela sociedade pós-escravista como um meio de ascensão social, o que limitou o acesso dos/as trabalhadores/as negros/as a tais postos. Todos esses fatores contribuem para a desvalorização e invisibilidade dessa atividade e de quem a desempenha, de modo que o machismo e o racismo são categorias primordiais para entender porque a trajetória dessa classe

[1] O nome formal da entidade é Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, Paulínia, Valinhos, Sumaré e Hortolândia. No entanto, tendo em vista que 92% (PNAD, 2018) da categoria é composta por mulheres, optamos por nos referir a essa classe trabalhadora como um todo e ao sindicato sempre no feminino.

[2] Em 1936, Laudelina de Campos Melo criou a primeira associação em defesa dos direitos das empregadas domésticas, a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos.

[3] IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9>. Acesso em 01 de julho de 2022.

trabalhadora é marcada por baixos salários, poucos benefícios e a dificuldade da garantia e da supervisão de direitos nesse trabalho.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira, foi realizada a revisão bibliográfica de livros e artigos que debatem o trabalho doméstico remunerado e analisam os conflitos inseridos que envolvem essa ocupação no Brasil. Heleieth Saffioti (1979), Suely Kofes (2001), Sueli Carneiro (2011), Glaucia Fraccaro (2018), Juliana Teixeira (2021), Thays Monticelli (2021) e Louisa Acciari (2021) foram autoras analisadas para contribuir na discussão com relação ao trabalho doméstico remunerado e questões relacionadas a ele, como legislação trabalhista e divisão sexual do trabalho. Além dessas obras, o trabalho de Pilar Carvalho Guimarães (2016), que discorre especificamente sobre a história do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas foi consultado. Os resultados obtidos nesta etapa da pesquisa, foram apresentados no Relatório Parcial, entregue em março de 2022.

A segunda fase consistiu no trabalho de campo no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas. No sindicato, foram realizadas três entrevistas com sindicalistas, todas presenciais e gravadas com o consentimento das entrevistadas e com a garantia de que seus nomes não seriam divulgados[4].

Também no Sindicato foi feita uma curadoria de documentos e materiais relativos à história do sindicato e ao trabalho doméstico remunerado. Com relação aos documentos, foram analisadas atas de reuniões desde o ano de 1984, assim como panfletos feitos pelo próprio Sindicato, textos informativos sobre a história do Sindicato e sobre o trabalho doméstico, além de roteiros de cursos voltados para as trabalhadoras domésticas. Ademais, foram analisadas matérias de jornal desde 1985 e reportagens encontradas em revistas e na internet desde 1997 sobre o trabalho doméstico e sindicalismo, além de manifestos e materiais informativos e educativos sobre a classe trabalhadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Quanto às entrevistas, elas foram conduzidas com as seguintes pessoas: Helena[5], mulher branca de 65 anos, atualmente aposentada, mas que atuou no trabalho doméstico por mais de 30 anos; Isabel, de 62 anos, mulher negra, também aposentada, e iniciou sua jornada como trabalhadora doméstica aos 18 anos; e Amanda, mulher negra de 60 anos, ainda atuando como trabalhadora doméstica.

O Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas – SP atualmente possui 11 dirigentes sindicais. 3 são executivas, 1 suplente, 3 diretoras e 4 são do conselho fiscal. As sindicalistas se dividem para realizar atendimento presencial de segunda à quinta no período da tarde.

Antes da pandemia de Covid-19, as reuniões da diretoria aconteciam mensalmente, no terceiro sábado do mês. Agora, no retorno das atividades presenciais, elas estão tentando retomar as reuniões com a categoria,

[4] A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Unicamp – Número do CAAE: 52601021.0.0000.8142.
[5] Os nomes das sindicalistas são fictícios.

promovendo um espaço de oficina de formação política. Essas oficinas já eram comuns desde quando o sindicato era uma Associação. Isabel contou que conheceu o sindicato em uma dessas oficinas. Ela possui um filho com problemas de saúde e devido à falta de assistência do Estado, passou a buscar outras formas de cuidar dele.

> "Eu fui me envolvendo com um grupo de mulheres, que existe até hoje, o Grupo de Mulheres da Periferia, e no grupo tinha uma companheira que ela participava da Associação das Domésticas[6] na época e ela me convidou uma vez. Naquela época tinham encontros sempre no 3º domingo do mês e era muito gostoso os encontros, ia muita gente, cada uma levava uma coisa e podia levar nossos filhos e aí eu levava os meus filhos. (...). E aí eu fui uma vez e achei maravilhosa e continuei indo. Aí quando foi transformar de Associação pra Sindicato eu já tava entrosada e fui pra direção do sindicato e fui me envolvendo, me envolvendo... e to aqui até hoje". (Entrevista Isabel, 7 de fevereiro de 2022).

Foram encontrados documentos com roteiros de oficinas para trabalhadoras domésticas, tanto para falarem sobre seus direitos, como para falarem sobre participação política. No arquivo do sindicato há também algumas matérias de revistas que abordam questões sobre o trabalho doméstico. Em uma delas, intitulada "Patroa e empregada: uma relação delicada", publicada em 2000, há diversas informações sobre os direitos das trabalhadoras domésticas e dicas de como garantirem que serão pagas justamente, por exemplo: registrar os dias trabalhados, as faltas, folgas e férias.

> "Desde sempre foi difícil a luta. Naquela época [da PEC] os patrões falavam que as domésticas iam ficar sem trabalho porque agora elas iam querer direitos, o discurso é o mesmo desde sempre. "Como assim vocês querem direitos e se igualarem aos outros trabalhadores?". **Não é fácil, porque a gente tá negociando com os senhores de escravos e a gente não pode esquecer isso**". (Entrevista Isabel, 7 de fevereiro de 2022. Grifo meu).

Muitas são as diferenças e relações de poder que podem ser analisadas nessa relação entre patroa e empregada, na qual as patroas são mulheres predominantemente brancas e as trabalhadoras domésticas, mulheres majoritariamente negras. No entanto, quando se trata de duas mulheres brancas, a situação muda, não somente no que diz respeito ao tratamento que a trabalhadora recebe, como o seu pensamento diante do trabalho que desempenha e da situação de diferença diante sua patroa. Para ilustrar a situação, têm-se um caso apresentado no livro *Mulher, Mulheres* (2001), no qual Suely Kofes conta a história de Cândida, uma mulher branca que desempenhava a função de empregada doméstica. Cândida dizia ser dama de companhia de sua patroa e reforçava a ideia de que pessoas brancas eram iguais entre si, independentemente da posição que estes ocupassem. "Em nome de sua cor branca, recusava-se a identificar-se com uma situação servil" (p. 132).

Através do trecho, percebe-se que há uma aproximação entre mulheres brancas que se sobressai à relação de classe. Nos anos 1970 e 1980, quando ocorreu uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro, a demanda por trabalhadoras domésticas também cresceu[7]. Com isso, parte da bibliografia consultada[8] levante a hipótese de que o trabalho doméstico é considerado uma atividade inferior às demais não apenas por ser

[6] A Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas foi fundada por Laudelina de Campos Melo em 1961.
[7] SILVA; OLIVEN, 2020, p. 8783-92, apud TEIXEIRA, 2021, p. 51.
[8] Heleieth Saffioti (1979), Sueli Carneiro (2011), Juliana Teixeira (2021), Thays Monticelli (2021), Louisa Acciari (2021).

desempenhado em maior parte por mulheres, mas sim por ser desempenhado principalmente por mulheres negras. O trabalho doméstico é, portanto, visto como uma ocupação indesejável para essas mulheres mais privilegiadas.

> "Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! [...]. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: "Exige-se boa aparência". (CARNEIRO, 2011).

Com relação às demandas atuais das trabalhadoras domésticas, as sindicalistas afirmam que a luta não se encerra na conquista da igualdade de direitos com as demais categorias trabalhistas. Segundo as entrevistadas, a falta de consciência de classe e o desinteresse são os principais motivos da baixa aderência das trabalhadoras ao sindicato.

> "Essa falta de consciência de classe, mas isso não é só com a trabalhadora doméstica, é um problema com os trabalhadores no geral. É geral esse desinteresse. Agora não se vê muito, mas antes tinha uma visão muito preconceituosa de que o sindicato queria pegar dinheiro das pessoas. Aí com o tempo foi quebrando um pouco isso. Mas, infelizmente, não existe muito essa consciência de classe e as pessoas só procuram o sindicato quando precisa" (Entrevista Helena, 10 de janeiro de 2022).

No Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, especificamente, a localização do sindicato também é um problema. "Tem a questão da pandemia e do transporte que é muito caro e as companheiras moram do outro lado da cidade. O sindicato não tá num lugar de fácil acesso e isso também dificulta pras trabalhadoras virem". (Entrevista Isabel, 7 de fevereiro de 2022). Atualmente, a sede do Sindicato é a casa onde Laudelina de Campos Melo morava, no bairro Vila Castelo Branco, na zona Noroeste da cidade de Campinas. Nas palavras de Laudelina:

> "Eu já passei a minha casa. É para o sindicato das Empregadas Domésticas; no caso aqui seria um apêndice do Sindicato. Porque se eu deixar pra passar depois da morte, eu não tenho parentes pra deixar, mas vai aparecer alguém. Pra ficar pro governo, eu não vou deixar. Então eu passei, já fui no cartório, já assinei: pra continuar pra usos e frutos: não pode vender não pode dar, não pode alugar; pra usos e frutos, até enquanto existir a última doméstica empregada do Brasil" (PINTO, Elisabete Aparecida, apud, COSTA, Joaze Bernardino, Op. Cit., p.119).

CONCLUSÕES:

Como conclusão, retomamos a hipótese inicial e refletimos sobre a organização das ativistas do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas. Em relação à hipótese temos que, o Brasil, além de ter sido um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, não propôs nenhuma medida para a reintegração do ex-agente do trabalho escravo no mercado de trabalho livre. Para as mulheres negras, havia a possibilidade da continuidade às funções do trabalho doméstico nos lares dos antigos senhores ou de novos patrões. Apesar de muitas vezes precário e mal remunerado, o trabalho doméstico remunerado funcionou como uma porta de entrada para o mercado de trabalho para as mulheres negras, possibilitando a inserção dessa mulher no mercado de trabalho. Ao tratar do tema, Helena diz que

"não é porque a pessoa é negra que é doméstica, e sim por conta dessa herança escravocrata" (Entrevista Helena, 10 de janeiro de 2022).

Com relação ao movimento sindical, notamos que há uma preocupação das ativistas com a baixa procura das trabalhadoras pelo Sindicato, mas que isso não as impede de fazerem atividades com o objetivo de integrar a categoria e promover uma aproximação da classe trabalhadora. De acordo com Amanda: "um dos desafios é a gente ter as companheiras participando pra gente poder avançar. Acho que quando a gente tiver que as companheiras participem e compreendam, cada uma será o sindicato no seu local de trabalho e aí eu creio muito nessa coisa do avanço mesmo, de conquista. Mas por enquanto a gente tá no só grito" (Entrevista Amanda, 6 de junho de 2022).

No Brasil, e em muitos outros países marcados por desigualdades sociais e raciais resultantes de passados coloniais, o trabalho doméstico está associado a níveis extremos de pobreza e precariedade (AVILA, 2016; PARREÑAS, 2001; SCHWENKEN, 2005, apud ACCIARI, Louisa, 2021, p. 128). Portanto, pode-se concluir que o peso do legado da escravidão estabeleceu o trabalho doméstico como o lugar naturalizado da mulher negra. Desse modo, a naturalização do trabalho feminino, principalmente negro, gratuito e sem visibilidade, contribui com os salários baixos, poucos benefícios e quase nenhuma garantia nesse trabalho. Nesse sentido, o sindicato é um local que busca acolher, ajudar e formar politicamente mulheres para que estas lutem pelos seus direitos e pelos direitos de toda a categoria. Segundo Isabel: "A função do sindicato é representar essa classe trabalhadora e lutar pelos direitos dessa classe. Pra existir do sindicato, é preciso ter trabalhadoras organizadas". (Entrevista Isabel, 7 de fevereiro de 2022).

BIBLIOGRAFIA

ACCIARI, Louisa. "Enquanto elas manifestam, que cuida de seus filhos?" (Des)Encontros entre movimentos feministas e sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil. In: ARAUJO, Anna Bárbara; GAMA, Maria Clara; MORAES, Aparecida F. (Org.). *Diálogos feministas:* gerações, identidades, trabalhos e direitos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020. (p. 124-141).

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo:* a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres*. Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

PINTO, Elisabete Aparecida. Entnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de D. Laudelina de Campos Mello (1904-1991). Tese de Mestrado. Unicamp. Campinas, 1993, Laudelina de Campos Mello: entrevista de Elisabete Pinto. Cf. Pinto, 1993, 493pp. Apud. COSTA, Joaze Bernardino. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos. 2007. Tese de Doutorado. UNB, Brasília, pp. 200.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. Feminismos Plurais, São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.